

Ecoñomia volta a crescer, diz Amadeo

Brasil

Lívia Ferrari e Ricardo Lessa
do Rio

O secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, acredita que o produto brasileiro ainda apresentará baixo desempenho neste segundo trimestre do ano. Mas, no seu entender, a economia brasileira caminhará para o crescimento a partir do segundo semestre. "Estamos pavimentando uma avenida, a fim de que possamos voltar a crescer", disse ele, referindo-se ao cumprimento das metas de ajuste fiscal no primeiro trimestre, quando foi obtido superávit primário de R\$ 9,4 bilhões. Ele não tem dúvidas que "se as metas fiscais forem atingidas também no segundo e terceiro trimestres, os juros continuarão a cair e o governo estará criando uma plataforma para a volta do crescimento".

O secretário participou, ontem, no Rio, dos trabalhos do XI Fórum do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), presidido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, e aproveitou para rebater o economista Paulo Nogueira Batista Junior, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que, em tom de brincadeira, disse

Para secretário, se as metas fiscais também forem atingidas no 2º e 3º trimestres, estará criado o caminho para o crescimento

que "não só Deus, mas também a equipe econômica do governo, escreve certo por linhas tortas". Nogueira Batista referia-se ao fato "milagroso" de que, mesmo com as enormes confusões criadas no processo de mudança da política cambial, o governo acabou logrando sucesso no novo regime cambial; nos índices de inflação, "que caminham na direção certa"; e nas taxas de juros reais, "substantialmente abaixo dos níveis do regime cambial anterior". Para Amadeo, esses resultados não têm nada de milagroso, pois refletem "uma política econômica conduzida com determinação e transparência".

Uma das principais preocupações de Nogueira Batista é em relação à conta de capitais do balanço de pagamentos. Ele defendeu a necessidade de mecanismos de controle de movimentação de fluxos de capitais de curto prazo. Segundo ele, não é prudente esperar que o Japão ou a Alemanha entrem em acordo quanto a regras de disciplina dos fluxos de

capitais voláteis. "Há muito o que fazer aqui dentro", diz ele, favorável à introdução de controles na entrada de capitais e na saída. Ele observa perplexo que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos bancos está revelando como é possível e fácil remeter altas somas de dinheiro para fora do País, sem ferir dispositivo legal. "Não estou falando de adoção de medidas de controle de emergência. Refiro-me à introdução de regras estáveis, previamente conhecidas, para disciplinar o movimento financeiro", ressaltou.

O ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, vê a questão com cautela. Ele defende algum tipo de controle "que pode tornar o juro interno mais independente das movimentações de capital externo". Mas, por outro lado, teme que o controle venha a inibir a entrada de

capitais no País, "necessários para financiar o desenvolvimento".

As recentes mudanças de política econômica no Brasil foram aplaudidas pelo economista Barry Eichengreen, professor da Universidade de Berkeley, Califórnia.

A liberalização das taxas de câmbio e a opção pelo sistema de fixação de metas inflacionários são passos na direção certa, segundo o professor. Ele acha que uma nova arquitetura

do sistema financeiro internacional surgirá por pequenas medidas, adotadas gradualmente, e não por uma grande reunião de alguns países, como aconteceu em Bretton Woods.

"Isso só acontece depois de um fato de grande impacto internacional como uma Guerra Mundial", ponderou. As opiniões de Eichengreen não foram compartilhadas por ou-

trois dois professores estrangeiros que participaram do Painel.

Para Uri Dadush, diretor do Grupo de Perspectivas do Desenvolvimento, do Banco Mundial, países em desenvolvimento não devem esperar muito da chamada "arquitetura financeira mundial". Ele mostrou a disparidade entre nível de renda e nível de endividamento, mostrando que o capital financeiro ajuda os países que menos precisam.

O economista Jan Kregel, professor da Universidade de Bologna e consultor da UNCTAD, foi ainda mais cético em relação à possibilidade de um sistema financeiro internacional mais estável. Para ele, as crises são sistêmicas e deve-se esperar sua repetição.

O especialista em finanças públicas, Raul Velloso, não descarta a possibilidade de o governo vir a ter que rever para baixo as metas de superávit primário (receita menos despesa) de 3,3% do PIB, em 2000, e de 3,4% em 2001, acertadas com o FMI. Segundo ele, para atingir essas metas, as grandes variáveis de ajuste serão os denominados "gastos em programas" e as "receitas temporárias".

Para Uri Dadush, do Bird, países em desenvolvimento não devem esperar muito da "arquitetura financeira mundial"